



4553 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

Mulheres negras: luta, resistência e libertação
Eunice Lea de Moraes - UFPA - Universidade Federal do Pará

Mulheres negras: luta, resistência e libertação

INTRODUÇÃO

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. (González, 1980)

O modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista propicia a negação e a violação de direitos humanos básicos à população economicamente vulnerável. Esse modelo precariza as condições de vida da população pobre e negra que se encontra em situação de extrema pobreza, principalmente as mulheres negras. Essa situação permanente de pobreza extrema de negros e negras, a qual estabelece a negação dos direitos humanos, indica que as fronteiras desse modelo de desenvolvimento perpetuam a divisão de classes e mantêm as desigualdades e discriminações raciais e de gênero.

De outra forma, ressalta-se a historiografia de lutas, resistências e conquistas, em especial das mulheres negras, na luta antirracista, antissexista e anticapitalista no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, num movimento que constrói avanços e recuos, característicos das lutas e da formação da consciência de classes no combate aos poderes de sistemas exploradores e dominadores, no qual, o Estado materializa os interesses hegemônicos e as relações de poder desiguais.

Este ensaio objetiva evidenciar a interseccionalidade das dimensões da opressão econômica, política e ideológica de sistemas dominadores que oprimem as mulheres negras. Também, refletir sobre feminismo negro e os processos de luta, resistências e de organização de mulheres negras, fundamentados no pensamento das intelectuais feministas afro-americanas Ângela Davis (2013), Kimberlé Crenshaw (2002) e Patrícia Collins (2000) e das brasileiras Lélia González (1980), Sueli Carneiro (2003) e Luiza Bairos (1995).

Para tanto, aborda-se uma concepção sobre a interseccionalidade de gêneros, raças e classes como fio condutor de análise das relações desiguais que são impingidas às mulheres negras, pelos sistemas opressores e dominadores capitalistas, desenvolvida pelas feministas afro-americanas e brasileiras, anteriormente mencionadas. Discorre-se acerca da relação entre racismo e sexismo, feminismo e luta de classes na perspectiva libertadora, proposta pelas teóricas do feminismo negro. Ressaltam-se, ainda, iniciativas do movimento de mulheres negras.

Na construção deste artigo, utilizou-se como caminho metodológico um levantamento bibliográfico sobre a temática desenvolvida pelas autoras supracitadas e, por meio de leituras reflexivas, buscou-se uma compreensão crítica sobre os processos teóricos e práticos das trajetórias de lutas e resistências das mulheres negras, as opressões.

O artigo está organizado dessa maneira: na primeira parte, apresenta-se uma visão da intersecção das categorias políticas de raça, gênero e classe como um aspecto que demarca a tripla discriminação a mulheres negras; na segunda parte, expõe-se sobre o feminismo negro e as trajetórias de lutas e resistências das mulheres negras e, na conclusão, ressaltam-se algumas contribuições e certos desafios do feminismo negro interseccional, com a compreensão de que este pensamento é importante para os processos de luta, resistência e libertação das mulheres negras as múltiplas opressões.

1. A intersecção das categorias políticas de raça, gênero e classe como um aspecto que demarca a tripla discriminação a mulheres negras

No contexto de classes sociais e de luta de classes, faz-se necessário assinalar a inter-relação existente entre as categorias analíticas de gênero e raça, por serem marcadoras de diferenças que estão fundamentalmente interligadas à questão da luta de classes. Segundo Ianni (1992), Marx, ao formular a teoria da luta de classes revolucionária com outra concepção contextual e relacional, perante o que estava sendo elaborado na época.

No que me diz respeito, nenhum crédito me cabe pela descoberta da existência de classes na sociedade moderna ou da luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses haviam descrito o desenvolvimento histórico da luta de classes, e economistas burgueses, a anatomia das classes. O que fiz de novo foi provar: 1) que a existência de classes somente tem lugar em determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes necessariamente conduz a ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura não constitui sendo transição no sentido da abolição de todas as classes e da sociedade sem classes. (IANNI, 1992, p.14)

Na historicidade social da dominação capitalista e das lutas entre classes e concepções adversas de mundo, situa-se o processo histórico de resistências e conquistas do povo negro e, especialmente das mulheres na luta contra o racismo, o sexismo e o capitalismo no mundo. Nessa perspectiva, tem-se construído o debate sobre a intersecção das dimensões de raça, gênero e classe, como um elemento central diferenciador das trajetórias das mulheres e, ao mesmo tempo, base do feminismo negro contemporâneo.

Nesse enfrentamento, a relação entre o sexismo e o racismo na sua constituição, torna-se evidente. "O racismo se constitui e opera essencialmente da mesma maneira que o sexismo, tanto no campo da discriminação, resultando em desigualdades sociais, quanto no âmbito mais amplo." (NASCIMENTO, 2001, p.117). Assim, o racismo torna-se inerente à sociedade capitalista e as condições que o promovem, como elemento central do capitalismo, conforme postula Callinicos (1993):

O racismo continua sendo uma das características centrais das sociedades capitalistas avançadas. Está institucionalizado na discriminação sistemática que as pessoas negras sofrem no trabalho, moradia, no sistema educacional, e no assédio pela polícia e autoridades do controle de imigração. Os negros são também vítimas sistemáticas da violência racista. (CALLINICOS, 1993, p.06)

Dessa forma, a luta contra todas as formas de opressão, relacionadas aos gêneros, às raças e às classes na perspectiva interseccional, representa importante contribuição na construção do feminismo, demonstrando o modo como o racismo e o sexismo estão intrinsecamente ligados à opressão de classe na sociedade capitalista.

Com essa perspectiva teórica, as mulheres negras constroem uma trajetória histórica de resistência política, ideológica e prática de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e aos estereótipos que marcam suas vidas. Segundo Ângela Davis (2013), intelectual e ativista afro-americana, a relação intrínseca do racismo com a exploração praticada pelo sistema capitalista naturaliza a exploração e propicia a desconstrução do racismo por meio da desnaturalização da questão de gênero e raça.

As mulheres escravas passaram para as suas descendentes nominalmente livres um legado de trabalho pesado, perseverança e auto resiliência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – um legado do que fala das bases de uma nova natureza feminina (DAVIS, 2013, p.29).

As histórias e formas de resistência das mulheres negras, repassadas de geração a geração, vêm se construindo nas fronteiras das práticas cotidianas e lutas contra a dominação e a exploração de um sistema colonial escravista, patriarcal e patrimonialista. Nesse sentido, a formação de uma consciência crítica de identidade de classes, de gêneros e de raças tem constituído o caminhar dessas mulheres em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

Dessa forma, ao denunciar e anunciar a dimensão interseccional da opressão de gêneros e raças, a crítica feminista negra demonstra a forma como o racismo e o sexismo estão intrinsecamente ligados à exploração, à dominação e à opressão de classes das sociedades capitalistas. Essa interligação impede e nega os direitos e as oportunidades, inerentes à dimensão humana, fato observado na tradição marxista, na qual a dominação e o conflito racial aparecem nessa interseção entre as estruturas de classes e a consciência crítica das identidades, construídas socioculturalmente e que expõem os interesses econômicos ou materiais existentes nessa relação, evidenciando as desigualdades e discriminações sob a perspectiva do fortalecimento de poder.

De acordo com Crenshaw(2002), ao desenvolver o conceito de interseccionalidade, em 1989, evidenciou a interação entre dois ou mais eixos de subordinação:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

No texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1980), Lélia Gonzáles articula racismo e sexismo, quando aborda as questões específicas da mulher, enfatizando o conceito de interseccionalidade, proposto em 1989 por Kimberlé Crenshaw (*op.cit*), como a interseção das desigualdades de raça e de gênero, para elucidar pontos que continuam no debate atual das feministas negras e brancas – opressões de raça, classe e sexo.

A interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, uma forma de pensar sobre identidade e a sua relação com o poder. Originalmente criada em nome das mulheres negras, o termo trouxe à luz do dia a invisibilidade de vários elementos dentro de grupos, que apesar de reclamarem essas pessoas como seus membros, regularmente falham na sua representação. As supressões dentro da interseccionalidade não são exclusivas das mulheres negras. Pessoas de cor dentro do movimento LGBTQ; raparigas de cor na luta contra a via escola-prisão; mulheres dentro dos movimentos imigrantes; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e pessoas com deficiências a debater o abuso por parte da polícia – todas enfrentam vulnerabilidades que reflectem interseções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, capaticismo, entre outras. A interseccionalidade deu a vários ativistas uma forma de apropriar as suas próprias circunstâncias e lutar pela sua visibilidade e inclusão. (CRENSHAW, 2017, p.2)^[1]

Portanto, a interseccionalidade seria modos de enlaçar as consequências da interação entre formas de subordinação. No texto *Nossos feminismos revisitados*, Luiza Bairros, (1995) ativista feminista negra brasileira, afirmar que:

Raça, gênero, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação política uma não existe sem a outra. (BAIROS, 1995, p. 461).

O conceito de interseccionalidade de Crenshaw fornece elementos teóricos que permitem a compreensão do sujeito social mulher em sua múltipla dimensão, não como princípio unificador e, sim, como um princípio que possibilita a visibilização das relações de poder dos diversos sistemas opressões.

1. Feminismo negro e as trajetórias de lutas e resistências das mulheres negras

O movimento feminista negro surgiu no processo de tensionamento entre dois grandes movimentos sociais, o abolicionismo que remete a acontecimentos históricos, durante o século XVIII, principalmente na França, com o objetivo de extinguir a escravidão, e o Sufragismo, movimento social, político e econômico de reforma, cuja finalidade era estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Apesar de os movimentos terem uma interseção do racismo com o sexismo, as mulheres negras foram excluídas. Entretanto, as mulheres negras lutaram pelo sufrágio feminino contra o racismo e ampliaram as parcerias com os homens negros, nas antigas comunidades de escravos.

Dessa forma, é no período escravocrata, no século XIX, que o foco da crítica feminista negra pelas mulheres negras norte-americanas sobre o feminismo hegemônico se fortalece, como se constata no discurso da abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher Sojourner Truth, (1797 – 1883), nascida no cativeiro em Swart Kill, Nova York, EUA, – “Não sou uma mulher?”, proferido na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, Ohio, em 1851, criticando a existência de um provável “código de gentilezas”, dirigido às mulheres, mas que não as incluía.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher? (GELEDÉS, 2017, p.1).

Portanto, na perspectiva do feminismo negro afro-americano, torna-se estratégico verificar essa interação da opressão de gênero, de classe e etnicorracial, uma vez que as mulheres negras são fortemente atingidas pela opressão e discriminação estabelecidas nos diversos sistemas opressões presentes na educação, na saúde, no trabalho, na moradia, no transporte, na imigração, entre outros sistemas.

Entretanto, é somente a partir da década de 70 com as produções teóricas desenvolvidas pelas feministas intelectuais afro-americanas bell hooks, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins e Ângela Davis, que as análises sobre as questões da descriminalização no campo social, econômica e política das mulheres negras estadunidenses são aprofundadas e

compreendidas, enquanto inter-relação. Tal pensamento é incorporado ao feminismo negro brasileiro pela intelectual e ativista negra Lélia Gonzáles e desenvolvido também pelas ativistas Sueli Carneiro e Luiza Bairros, entre outras.

A complexidade tem sido um atributo principal das produções teóricas contemporâneas para compreender e/ou elucidar a realidade das discriminações impostas aos grupos oprimidos, em particular, às mulheres negras, que recebem uma tripla discriminação, ou seja, discriminação de gênero, de raça e de classe. Discriminações presentes em todos os espaços sociais, em que as organizações feministas negras vêm denunciando.

Para bell hooks, feminista negra, ativista social e professora acadêmica, estadunidense, fundamentada na teoria como prática libertadora de Paulo Freire, acredita que somente a teorização como um processo crítico e reflexivo possibilita uma mudança prática, individual ou coletiva. Na obra "Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade", a autora desenvolve um capítulo recomendando que o foco da discussão pedagógica seja voltado para esse movimento sociopolítico racial, de construção de uma educação humanista, antirracista, antissexista, anti-homofóbica e etc., que reconheça as diversidades individuais garantindo a voz dos (as) estudantes.

Sustenta que dessa forma a educação seria capaz de estimular o senso crítico dos (das) alunos (as) e avançar para uma prática de libertação, dos grupos minoritários das opressões. Nesse sentido, a autora crítica e combate os métodos pedagógicos arcaicos, a falta de compromisso da academia em aproximar a teoria da prática, propondo a descentralização do conhecimento teórico, buscando inserir a teoria dentro do ativismo, pela forma escrita ou pela oralidade. Para Hooks, a educação deve inserir a experiência de vida, pois está intrinsecamente ligada à teorização, não existe uma separação entre a teoria e a prática.

A academia não é o paraíso, mas o aprendizado, é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula com todas suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013, p. 273.) [2]

Com essa perspectiva de libertação, a história das mulheres negras vem se construindo num longo aprendizado de resistência contra a dominação e a exploração de um sistema escravista, patriarcal e patrimonialista.

Os aportes teóricos da literatura feminista negra possibilitam o entendimento crítico de diversas noções conceituais sobre as inter-relações das opressões de classes, raças e gêneros, além da relação do racismo com o capitalismo e com o sexismo, e uma compreensão maior sobre a articulação desses elementos no contexto social contemporâneo.

Com esse fundamento, a norte-americana ativista e teórica do feminismo negro, Patrícia Collins (2016), considera as diversas experiências das mulheres afro-americanas o ponto de partida do feminismo negro, em face da pressão. Para ela, o pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras.

[...] Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as suas vidas [...] Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. [...] (COLLINS, 2016, p.12).

Nesse sentido, entende-se o pensamento de Collins sobre o conhecimento adquirido na interseção de opressão de raça, classe e gênero como estímulo para a elaboração de um pensamento social destinado a opor-se à opressão.

O pensamento feminista negro norte-americano como pensamento especializado reflete os diferenciados temas sobre as experiências das mulheres afro-americanas. Os temas centrais do ensinamento feminista negro, como trabalho, família, políticas sexuais, maternidade, e ativismo político estão apoiados em paradigmas que enfatizam a importância de interseccionar opressões moldando a matriz norte-americana de dominação. Mas expressar esses temas e paradigmas não tem sido fácil, pois mulheres negras têm necessitado lutar contra a interpretação do mundo feita pelos homens brancos [3].

Para as mulheres afro-americanas, a teoria social crítica, engloba epistemologias teóricas e práticas que dialogam com as questões centrais com que enfrentam as mulheres negras americanas, como uma coletividade. "A identidade do pensamento feminista negro como uma teoria social "crítica" reside no seu compromisso com a justiça, tanto para as mulheres negras americanas como uma coletividade e para a de outros grupos igualmente oprimido" (COLLINS, 2002, p. 9, tradução livre) [4].

Collins descreve a opressão como qualquer situação injusta, em que, sistematicamente e durante um longo período de tempo, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Para a autora, raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outros fatores, constituem grandes formas de opressão nos Estados Unidos. (COLLINS, 2002).

Segundo bell hooks, o sistema de dominação propicia que [...] O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. (bell hooks, 1995, p. 468). Para Ângela Davis (2017), racismo e sexismo convergem:

Racismo e sexismo frequentemente convergem - e a condição das trabalhadoras brancas eram frequentemente amarradas à classe das mulheres negras. Desta maneira os salários recebidos pelas mulheres brancas domésticas eram sempre fixados pelo critério racista usado para calcular os salários das criadas negras. As mulheres imigrantes forçadas a aceitar trabalho doméstico ganhavam mais um pouco que as suas colegas negras. Desde que o seu salário potencial era considerado, elas estavam mais próximas das suas irmãs negras do que dos seus irmãos brancos que trabalhavam para viver. Se as mulheres brancas aceitavam o trabalho doméstico, apenas se não encontrassem nada melhor, as mulheres negras estavam aprisionadas nessa ocupação até ao advento da II Guerra Mundial. Mesmo em 1940, elas estavam em mercados de esquina em New York e outras cidades grandes - versões modernas do leilão da escravatura - convidando mulheres brancas a tirá-las das multidões de mulheres negras à procura de trabalho. (DAVIS, 2017, p.71)

Destarte, o feminismo negro protagoniza a mulher negra tanto na produção, como na análise do lugar que essa mulher ocupa na estrutura social. Esse feminismo é caracterizado como um movimento social e político formado pelo segmento de mulheres negras, com a finalidade de gerar visibilidade as suas reivindicações e a seus direitos, além da libertação de padrões patriarcais estereotipados de dominação e exploração racista e sexista, da condição da mulher e do homem negro, estabelecidos na sociedade.

Patrícia Hill Collins [5], ao escrever sobre a epistemologia alternativa, afirma que o pensamento feminista negro permite imaginar novas formas de relações:

A epistemologia constitui uma teoria abrangente do conhecimento (Harding 1987). Investiga os padrões usados para avaliar o conhecimento ou por que acreditamos o que acreditamos ser verdade. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a

epistemologia aponta para as formas em que as relações de poder se formam e que é acreditado e porquê. (COLLINS, 2002, p.252, tradução livre)

O feminismo negro tem criticado o modo dominante de produção do conhecimento, assim como produzido e proposto uma epistemologia alternativa de compartilhamento de seu conhecimento, fundamentado na experiência sócio, histórica e cultural das mulheres negras, diferenciada do feminismo branco emergente, trazendo outra linguagem nessa produção teórica e prática de saberes.

Corroborando com o pensamento bell hooks (2013) sobre não haver separação entre teoria e prática na educação. Assim sendo, o feminismo negro propõe outra relação epistemológica, consubstanciada na indissociabilidade entre teoria e prática.

Assim, pode-se compreender que a organização de mulheres negras tem como representação social as lutas e resistências contra as opressões, no contexto histórico de cada época.

Por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos. Argumento que muitas intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu status de outsider within, para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao "self", à família e à sociedade. (COLLINS, 2016, p.99)

Consequentemente, essa organização tem construído uma identidade social coletiva do sujeito social mulher negra. Representações produzidas na construção do cotidiano de um processo vivido nas lutas e nos diversos espaços sociais, expressos nas formas de produções dos saberes populares e acadêmicos de estudiosos (as) da educação, bem como de movimentos sociais de mulheres, de negros (as) e de educadores (as) populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fio condutor da análise deste ensaio consistiu na intersecção entre as diversas formas de subordinação e dominação de gênero, raça e classe desvelada pelo feminismo negro afro-americano. A compreensão dessa inter-relação do racismo, sexismo, feminismo negro e classes, enquanto modos de enlaçar as consequências da interação entre as diversas formas de subordinação dos diferentes sujeitos sociais oprimidos, em especial o sujeito mulher negra, torna-se fundamental para a consciência crítica de resistência na luta de classes.

Percebe-se, portanto, que a consciência do "ser mulher e do ser negro" está radicalmente articulada com a construção da consciência crítica da identidade social do sujeito coletivo. A consciência crítica, evidentemente, está inserida num processo social mais amplo, apesar de ser individual e dinâmica, constitui-se entre avanços e retrocessos, conflitos e contradições no interior das relações sociais, nas quais o sujeito social apreende acepções e significados do modo operante das desigualdades e discriminações inerentes ao capitalismo. Dessa forma, as mulheres negras buscam a resistência para o bem viver nas experiências e nos saberes construídos.

Nessa perspectiva, o feminismo negro brasileiro tem se constituído numa luta histórica de resistências política, ideológica, teórica, prática de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Além disso, a construção de sua identidade como sujeito social coletivo tem impulsionado a formação de organizações de mulheres negras e subsidiado as políticas sociais afirmativas, por exemplo, a lei de cotas nas universidades e nos concursos públicos.

Com base nos fundamentos teóricos e políticos que constroem o pensamento feminista negro, entende-se que ele não é um adendo a outros feminismos porque tem formulações e atuações políticas próprias. Tais formulações são elaboradas a partir das experiências, dos saberes e das resistências forjadas nas lutas das mulheres negras pela libertação da população negra de todos os sistemas opressões classistas, racistas e sexistas.

Como assinalado anteriormente, o pensamento feminista negro pressupõe uma disputa de poder contra hegemônico, no combate aos poderes de sistemas exploradores e dominadores do modo de produção capitalista. Assim, o feminismo negro tem foco na humanização que se contrapõe à desumanização imposta pelo racismo à população negra.

Por esse prisma, percebe-se que as mulheres negras cumpriram um papel histórico nos processos de luta contra a escravidão, a dominação e a exploração, apesar de serem invisibilizadas nas histórias "oficiais" que marcam o início do feminismo. As mulheres negras têm uma trajetória importante no feminismo, principalmente no momento atual quando evidenciam a interseccionalidade, demonstrando a maneira de o racismo e o sexismo estarem intrinsecamente ligados à opressão de classe da sociedade capitalista.

[...]o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades. (BAIROS, 2013, p.14)

No Brasil, o feminismo negro surge a partir de reivindicação de mulheres negras feministas, no final da década de 1970, contra a prática do Movimento Feminista hegemônico, que não incluía a questão racial nas pautas reivindicatórias. As mulheres negras não tinham representatividade nesses movimentos sociais hegemônicos e, por isso, consideravam-no com uma face racista.

A trajetória de luta e de organização do movimento negro é construída na direção de uma nova história da relação social existente entre brancos (as) e negros (as), com a finalidade de combater as desigualdades estabelecidas, denunciando a invisibilidade, a desvalorização, o racismo, o sexismo e a situação da população negra nos espaços sociais constituídos.

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não "pode ser separada de outros eixos de opressão" e que não "é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão". A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas - como são as sociedades latino-americanas - tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2013, p.02).

Deste modo, entende-se que o sentimento de pertencimento de um grupo racial ou étnico é decorrente de uma construção social, cultural e política, enquanto uma ação estratégica de construção coletiva de articulação, integração e incorporação de saberes, identidades, experiências, resistências e interesses da população negra. Assim, para o ser negro ou negra é essencialmente um posicionamento político, a fim de assumir a identidade racial negra.

O movimento de mulheres também cresceu bastante na sua quantidade e diversificação nas lutas sociais. Destacam-se algumas lutas importantes, a começar pelo contexto do centenário da abolição, em 1988, quando lideranças feministas negras como Lélia Gonzalez, Luiza Bairos, Rosália Lemos, dentre outras, realizaram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, na cidade de Valença no Rio de Janeiro. Esse encontro se tornou um marco importante na institucionalização do movimento de mulheres negras, as quais, nas frentes do racismo e do sexismo, redimensionaram suas agendas políticas, visibilizando as especificidades das mulheres negras, entretanto, sem significar uma ruptura

ideológica com outros movimentos de resistência social.

Outro fato importante foi a criação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Trata-se de uma rede de organizações de mulheres negras, constituída atualmente por 27 organizações distribuídas por todas as Regiões do Brasil, cuja missão institucional é promover a ação política articulada de espaços públicos. Espaços que deveriam desconstruir a naturalização das discriminações, todavia, terminam por fortalecer os estereótipos e as discriminações raciais e de identidade de gênero.

Na esfera da política pública para as mulheres, merece destaque a inclusão do eixo 9, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Enfrentamento ao Racismo, Sexismo e Lesbofobia, reivindicação das mulheres negras e aprovado na plenária final da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2008, em Brasília.

Outra grande ação do movimento foi “A Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência. Pelo bem viver”, realizada em novembro de 2015, reunindo 30 mil pessoas em Brasília, com a finalidade de articular as mulheres negras brasileiras, as organizações de mulheres negras e as demais organizações do Movimento Negro e de todo tipo de organização que apoia a equidade social, racial e de gênero.

E, no período de 6 a 9 de dezembro de 2018, em Goiânia, aconteceu “O Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil”. Este encontro nacional representou um momento histórico na trajetória do movimento de mulheres negras no Brasil, ao rememorar I Encontro Nacional de Mulheres Negras, na cidade de Valença no Rio de Janeiro, em 1988, evidenciando os 30 anos, em que o movimento vem enfrentando o racismo, o sexismo e todas as formas de opressão às mulheres negras.

Ressalta-se a importância da institucionalidade do feminismo negro contemporâneo, em contribuir com seus aportes epistemológicos para o fortalecimento das organizações de mulheres negras.

REFERÊNCIAS

1. BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. Revista Estudos Feministas. N. 02, 1995, p. 458-463.
2. _____. Apresentação Seppir. In: Dossiê MULHERES NEGRAS RETRATO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL. IPEA, Brasília, 2013, p.14
3. CALLINICOS. Alex. CAPITALISMO E RACISMO, 1993 Site Luta Global <http://socialista.tripod.com>. Acesso em 14/06/2018.
4. CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/> acesso em 10/7/2017.
5. COLLINS, Patrícia Hill. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2nd ed. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2002. Routledge New York and London.
6. _____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento negro. In: Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. Sociedade e Estado. Vol.3. Nº 1. Brasília. Jan/apr. 2016.
7. CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução de Liane Schneider Revisão de Luiza Bairos e Claudia de Lima Costa. In: ESTUDOS FEMINISTAS. 2001, p.177.
8. DAVIS, Ângela. Mulher, Raça e Classe. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013.
9. _____. Mulheres, cultura e política. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
10. GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. Et alli. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS, MINORIAS ÉTNICAS E OUTROS ESTUDOS. Brasília, ANPOCS, 1983.
11. HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/ensinando-transgredir-educacao-como-pratica-de-liberdade-de-bell-hooks>
12. IANNI, Octavio (Org.) Marx. Sociologia. Editora Ática S/A, S. Paulo, 1992.
13. LEMOS, Rosália de Oliveira. FEMINISMO NEGRO EM MARCHA: O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ E A MARCHA DAS MULHERES – 2015. Congresso Internacional Interdisciplinar em sociais e humanidades. Foz do Iguaçu, PR. UNIOESTE, dezembro de 2015. ISSN 2316-266X, n.4.
14. NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: educação e identidade afrodescendente. In. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. Eliana Cavalleiro (Org.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.
15. TRUTH, Sojourner. “Não sou uma mulher? Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio em 1851, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/> Acesso em: 10/07/2017.

[1] Porque é que a interseccionalidade não pode esperar – Kimberlé Crenshaw. Traduzido por: Santiago D’Almeida Ferreira, co-diretor da Ação pela Identidade, 2017. Texto original em inglês para o The Washington Post pode ser encontrado aqui: Why intersectionality can’t wait Setembro 27, 2015.

[2] Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. © 2018 | Todos os direitos deste material são reservados ao Por dentro da África, conforme a Lei nº 9.610/98. A sua publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia é proibida. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/ensinando-transgredir-educacao-como-pratica-de-liberdade-de-bell-hooks>

[3]. COLLINS, Patrícia Hill. Capítulo 11: Black Feminist Epistemology. Em: Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. Tradução solidária por Heloísa Adegas e Juliana Lopes

[4] No original. Black feminist thought’s identity as a “critical” social theory lies in its commitment to justice, both for U.S. Black women as a collectivity and for that of other similarly oppressed groups.

[5] Patricia Hill Collins, Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment, Londres, Routledge, 2002.